



TIBAGI ENERGIA SPE S.A.

***Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2017 e de 2016***



TIBAGI ENERGIA SPE S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e de 2016

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado do exercício

Quadro III - Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ao Acionista e Diretores da
Tibagi Energia SPE S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tibagi Energia SEP S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibagi Energia SEP S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Início das atividades

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, o início das operações da Companhia depende da. Construção da Usina Hidrelétrica denominada UHE Tibagi Montante, constituída de duas Unidades Geradoras de 16.000 kW, totalizando 32.000 kW de capacidade instalada. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido por meio de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentada para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas, cujo parecer sem modificação, datado de 21 de março de 2018, continha a mesma ênfase acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de junho de 2018.

Alberto da Silveira Lima
Contador
CRC-BA-9.031

SANTANA & SOUSA
Auditores Independentes
CRC-BA-612



QUADRO I

TIBAGI ENERGIA SPE S.A

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVOS	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Caixas e equivalentes de caixa	3.895	2.024	Fornecedores	31	1
Impostos a recuperar	64	11	Impostos a recolher	92	12
Adiantamento Fornecedores de Serviços	2.042	-	Outras obrigações a pagar	1.110	2
Seguros a apropriar	1.276	285	Total dos passivos circulantes	1.233	15
Total dos ativos circulantes	7.277	2.320			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
NÃO CIRCULANTE			Capital social	17.195	6.770
Impostos e contribuições diferidos	1.380	-	Lucros/Prejuízos acumulados	(2.972)	(1.538)
Imobilizado	2.364	-	Total do patrimônio líquido	14.223	5.232
Intangível	4.435	2.927			
Total dos ativos não circulantes	8.179	2.927			
			TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.456	5.247
TOTAL DOS ATIVOS	15.456	5.247			

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)



QUADRO II

TIBAGI ENERGIA SPE S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	(2.962)	(1.730)
Impostos Diferidos	1.380	-
Resultado financeiro	<u>148</u>	<u>198</u>
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	<u>(1.434)</u>	<u>(1.532)</u>
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(1.434)</u>	<u>(1.532)</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)



QUADRO III

TIBAGI ENERGIA SPE S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.434)	(1.532)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>(1.434)</u></u>	<u><u>(1.532)</u></u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)



QUADRO IV

TIBAGI ENERGIA SPE S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	AFAC	Total do Patrimônio Líquido com AFAC
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2016	1	(6)	(5)	3.328	3.323
Adiantamento p/futuro aumento de capital - AFAC	-	-	-	3.441	3.441
Integralização de Capital	6.769	-	6.769	(6.769)	-
Prejuízo do exercício	-	(1.532)	(1.532)	-	(1.532)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.770	(1.538)	5.232	-	5.232
Adiantamento p/futuro aumento de capital - AFAC	-	-	-	2.000	2.000
Aumento de capital	10.425	-	10.425	(2.000)	8.425
Prejuízo do exercício	-	(1.434)	(1.434)	-	(1.434)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	17.195	(2.972)	14.223	-	14.223

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)



QUADRO V

TIBAGI ENERGIA SPE S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro /Prejuízo do exercício	(1.434)	(1.532)
Ajustes p/ conciliação do resultado do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(1.434)	(10)
Adiantamento Fornecedores de Serviços	(2.042)	-
Seguros a Apropriar	(990)	109
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	31	1
Impostos a recolher	80	12
Obrigações Diversas	1.107	2
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(4.682)</u>	<u>(1.418)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Ativo imobilizado	(80)	-
Intangível	<u>(1.507)</u>	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(1.587)</u>	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Integralização de capital social	8.140	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	3.441
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>8.140</u>	<u>3.441</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>1.871</u>	<u>2.023</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do exercício	2.024	1
No fim do exercício	3.895	2.024
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>1.871</u>	<u>2.023</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)



**TIBAGI ENERGIA SPE S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tibagi Energia SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral, foi constituída em 10 de julho 2015, tendo por objeto social o desenvolvimento, a construção, a operação, a manutenção, de uma Central Hidrelétrica no Rio Tibagi, Bacia Paraná, Município de Tibagi, no Estado do Paraná, bem como a geração e comercialização de energia elétrica nela gerada.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Portaria nº 486/2015. Para funcionar como UHE pelo prazo de 30 anos.

A Companhia através da Portaria nº 190/2017, está enquadrada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração- CEG: UHE.PH.PR.032923-01.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, CPC 26 (R1), NBC T 16.6, e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações Contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotados no Brasil que compreendem os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.2 . Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da empresa no processo de aplicação das políticas contábeis

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Impostos Federais

A empresa está no regime do lucro real e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

3.2. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; (b) ativos financeiros



mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; (d) recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionados.

3.3. Intangível

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e,
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente de ativos gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

3.4. Passivos Financeiros

Quando aplicável, estes são demonstrados ao valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e dão, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetivo.

4. RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende Caixa e Equivalentes de Caixa, são representadas por: Fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras

	2017	2016
Caixa e bancos	3.678	47
Aplicações financeiras	217	1.977
Total	3.895	2.024



6. IMPOSTOS A RECUPERAR (Circulante) e IMPOSTOS DIFERIDOS (não circulante)

O IRRF incide sobre o ganho da aplicação financeira.

Imposto de renda e contribuição social diferidos incidem sobre os Prejuízos Fiscais dos anos 2015 a 2017 Total Acumulado R\$ 4.058 (Controlados na Parte B do Lalur).

A alíquota base para a constituição dos impostos diferidos é de 34%, a qual contempla 9% de contribuição social e 25% de imposto de renda, respectivamente compreende os impostos

	2017	2016
IRRF s/aplicação financeira	64	11
Impostos Diferidos	1.380	-
Total	1.444	11

7. SEGUROS A APROPRIAR

O saldo de R\$ 1.276 mil em 2017 (R\$ 285 -2016) está composto basicamente de gastos com a contratação de seguros contra sinistros e responsabilidade civil da usina.

	2017	2016
Seguros	1276	285
Total	1.276	285

8. INTANGIVEL

São compreendidas, neste grupo, as despesas incorridas durante o período de desenvolvimento, construção da Usina e implantação de projetos, anteriores ao início das operações sociais (fase pré-operacional. Ou seja, o intangível se compõe de verdadeiras despesas que aguardam o tempo próprio para serem computadas no resultado.

	2017	2016
Intangível	4435	2928
Total	4.435	2928

9. PATRIMONIO LÍQUIDO

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2017, foi deliberado por unanimidade dos votos dos acionistas, o aumento de capital da Companhia em R\$ 72.285, mediante a emissão de 31.276 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e de 1.819 novas ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e resgatáveis, passando assim o capital social de R\$ 6.770 (2016) para R\$ 79.055 (2017), totalmente subscrito pelos acionistas, observando que o saldo remanescente do preço de emissão, correspondente a R\$ 10.000, será destinado à conta de reserva de capital da Companhia)



O Estatuto social prevê que o lucro apurado no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

A Companhia enquanto em operação, distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 75% do lucro líquido ajustado nos termos da lei. A assembleia geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

11. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional da empresa.

12. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício está relacionada, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; (ii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Empresa, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

12.1. Imposto de renda e contribuição social

A Empresa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

13. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira assim como consideraram eventos subsequentes até 30 de junho de 2018, data na qual essas demonstrações financeiras foram aprovadas.